

M-93-06



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

REPRESSÃO E CENSURA EM NATAL
(1964)

PESQUISADOR(A): MARIA DE FÁTIMA Q. CASTRO
ORIENTADOR(A): MARLENE DA S. MARIZ

NATAL / RN, 1993



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

*8
Jansen*

REPRESSÃO E CENSURA EM NATAL
(1964)

PESQUISADOR(A): MARIA DE FÁTIMA Q. CASTRO
ORIENTADOR(A): MARLENE DA S. MARIZ

NATAL / RN, 1993



Maria de Fátima Queiroz de Castro

Repressão e censura em Natal
(1964)

Monografia apresentada
ao Departamento de História
da Universidade federal do
Rio grande do norte, para a
obtenção do grau de Licenci
atura e Bacharelado em His-
tória.

Natal / RN, 1993



S U M Á R I O

	PÁGINA
INTRODUÇÃO	05
CAPÍTULO I	06
1. GOLPE DE ESTADO	07
1.1. A década de 60 no Brasil	07
1.2. Conjuntura política pós 64	12
CAPÍTULO II	16
2. O movimento militar de 1964 no RN	17
CONCLUSÃO	23
BIBLIOGRAFIA	24
1. Livros	24
2. Jornais	27



Lamentar uma dor passada,
no presente, é criar outra
dor e sofrer novamente.

Shakespeare

2. Jornais

DIÁRIO DE NATAL. Diários associados

O POTI. Diários associados

TRIBUNA DO NORTE. Empresa Jornalística Tribuna
do Norte.



INTRODUÇÃO

O referido se propõe a analisar o que o golpe de militar de 64 representou para a história política do Brasil e particularmente para a cidade do Natal, capital do Estado do Rio Grande do Norte.

Procuraremos mostrar nesse trabalho de pesquisa, como se encontrava o Brasil antes do golpe, levando em consideração a crise política e econômica que rodeava o país, desde os governos anteriores até a queda de João Goulart, quando definitivamente ocorreu o golpe. Sabemos que foi um momento importante, de grandes transformações sócio-políticas, deixando a opinião pública reprimida e mal informada, pois, a censura só permitia que se divulgasse aquilo que fosse de encontro as idéias dos militares.

Além disso, o tema nos despertou maior interesse, por se tratar de algo não muito discutido e pouco pesquisado. Tentaremos trazer informações que até então, pouco se falava, para com isso podermos enriquecer um pouco mais a historiografia local.

CAPÍTULO I

1. GOLPE DE ESTADO

1.1. A década de 60 no Brasil.

Ao lembrarmos do Brasil na virada das décadas de 50/60, lembraremos ^{relembramos} de um tempo de euforia. O Presidente Juscelino Kubitschek prometera realizar "50 anos em 5". O cinema novo dando os seus passos de triunfo. As discussões em torno do destino do país, abrangendo a cada dia mais setores sociais. Junto com o desenvolvimento do país no governo de Juscelino, também aumentaram os problemas. A inflação era alta, em torno de 39%, e o déficit do setor público era enorme. todas essas transformações revelaram que o Brasil entrava nos anos 60 com uma série de problemas, inviabilizando a continuidade do crescimento industrial do país. Como poderia dar continuidade a Democracia populista com tantos problemas.

Em termos políticos, a década de 60 começa com a posse de Jânio Quadros e do vice João Goulart em Brasília, em janeiro de 1961, deixando em seu breve governo uma herança um tanto significativa. Em sua administração, tentou moralizar o serviço público com demissões, horários rígidos e muitas ordens escritas de próprio punho. Com sua renúncia - uma tentativa frustrada de obter poderes especiais - os militares e os burgueses, alegando um "perigo comunista", tentaram impedir a posse de Goulart, não conseguindo, pois, o Brasil como um país dito democrático, deveria dar uma chance a João Goulart de confirmar ou desfazer as acusações de direita. Um acordo feito com os ministros militares implicaria que, Goulart assumiria a presidência, mas com poderes reduzidos. No começo de 64

o presidente se achava cercado por todos os lados. Em fins de março de 1964 as tensões políticas haviam atingido um grau sem precedentes, enquanto isso, a conspiração militar - civil aumentava de intensidade. Os militares rapidamente tomaram conta da situação. A destituição de Goulart foi primeira e sobre tudo uma operação militar. A vassoura moralista de Jânio, funcionou tanto, que a década de 60 terminaria com o povo calado, direitos políticos cassados; tudo varrido por algo mais poderoso que uma vassoura : o poder simbólico dos atos institucionais, expresso pela força das metralhadoras.

Logo o Senado declarou vaga a presidência e empossou o presidente da Câmara, Ranieli Mazzili. Chegava ao fim a República populista. Uma nova ordem seria implantada. O Brasil, durante 21 anos, ficaria sob égide militar. Duas facções aparecem entre os novos donos do poder : a Linha Dura e a Linha Moderada.

Tanto os "duros" como os "moderados" afirmavam a urgência de combater o comunismo e a corrupção, bem como a imediata necessidade de o país recuperar a perdida credibilidade internacional. Contudo divergiam quanto ao conteúdo e a forma. "Moderados" como Castelo Branco, Ernesto Geisel, Golbery do Couto e Silva e outros inicialmente defendiam a tese de que em curto prazo a corrupção e a subversão seriam controlados, o país voltaria a normalidade institucional e o poder voltaria aos civis. Já os "duros" como Costa e Silva, Garrastazu Médici e outros pregavam o continuísmo militar.

No dia 11 de abril de 1964 foi eleito o presidente

te o General Humberto de Alencar Castelo Branco, principal articulador do golpe militar. Ele defendia a tese de que a curto prazo era necessário um governo forte e arbitrário, para só assim acabar com a corrupção do país. Na eleição presidencial de 1966 saiu vitorioso o representante da linha dura, o General Artur da Costa e Silva.

Cresciam o ressentimento popular e a oposição ao regime militar. Por sua vez, os estudantes que há muito já vinham se manifestando contra a ditadura militar e em prol de reformas nas Universidades, intensificam as críticas e o enfrentamento ao regime, através de passeatas e outras manifestações lideradas pela União Nacional dos Estudantes, entidade estudantil que a essa altura já agia na clandestinidade. A repressão policial contra os movimentos estudantis contrastava com a afirmação feita por Costa e Silva no mês de sua posse : "O entendimento perfeito entre o governo e as classes trabalhadoras e estudantis existirá em meu governo por obrigação e não por favor". *(fonte?)*

Em março de 1968 uma tropa de choque da polícia militar da Guanabara matou o menor Edson Luís de Lima e Souto, estudante secundarista, simbolizando a desproporcional violência da ação repressiva militar contra os estudantes.

Na noite do dia 13 de dezembro de 1968, a Nação foi "presenteada" com o Ato Institucional Nº 5 e com o Ato Suplementar 38. Este último colocava o Congresso em recesso indefinido.

O AI-5 reiterava alguns artigos de atos institu-

cionais anteriores e em seus novos artigos ampliava desmesuradamente o autoritarismo do supremo mandatário da Nação e dos seus principais assessores. O AI-5 foi acompanhado de novos expurgos : cassação de 88 parlamentares, aposentadorias forçadas de Ministros do Supremo Tribunal e de vários professores universitários como Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso e dezenas de outros. Estendeu-se a censura a imprensa, proibindo a publicação de qualquer notícia sobre movimentos operários e estudantis, bem como a divulgação de qualquer nível de crítica ao regime. A mídia era colocada sob controle do governo militar. A decretação do AI-5, que jogaria a Nação no mais obscuro autoritarismo, era mais um reflexo do distanciamento entre as promessas democratizantes e a prática repressora.

Impossibilitado de governar, por causa de uma trombose cerebral, o presidente Costa e Silva foi afastado, passando o país a ser governado por uma Junta Militar Interina. O Ato Institucional Nº 16, de 14 de outubro de 1969, oficializou o impedimento definitivo de Costa e Silva e definiu, para o dia 25 do mesmo mês a eleição de Emílio Garrastazu Médici, escolhido pelo Supremo Tribunal Militar, para a presidência. Para dar um "caráter democrático" a eleição, o Congresso Nacional, que estivera fechado desde outubro de 1968, foi convocado para eleger os já escolhidos, isto é, apenas legitimar um fato já concretizado.

De todos os governos militares de 1964 a 1985, o do presidente Médici foi, sem dúvida, o mais autoritário e re

pressor. Com ele as liberdades individuais chegaram ao limite das restrições. Apesar do extraordinário crescimento econômico do país, que configurava o "milagre brasileiro" e colocava o Brasil entre as dez potências industriais do mundo, a sociedade civil vivia submetida ao jugo do autoritarismo, do terror psicológico, das prisões arbitrárias, dos sequestros, confinamentos e assassinatos de presos políticos, dos "esquadrões da morte", dos "grampeamentos" telefônicos, de sádicos torturadores que chegavam a requintes de crueldade como torturar crianças e mulheres apenas por serem filhos, esposas, irmãs ou mães de alguns "subversivos" enquadrados ou não na Lei de Segurança Nacional, e de quem os torturadores pretendiam arrancar confissões. () fonte

A sociedade civil vivia amordaçada e mal informada, já que a censura aos veículos de comunicação impedia que a imprensa em geral noticiasse os fatos, salvo aqueles permitidos oficialmente. Frisa-se também o rigor da censura à literatura, ao cinema, ao teatro, a shows, novelas, etc.

A postura repressora de Médici já se configurava quando ele era chefe do Serviço Nacional de Informação (SNI), e achava que o AI-5 fora necessário para combater e "deter o mal", que para ele era a "subversão" e a "contra-revolução". Os órgãos de segurança deram-se plena liberdade de prender, interrogar e sequestrar suspeitos de ligação, com a subversão. Dezenas de guerrilheiros foram mortos nos porões da repressão.

Em síntese, o governo Médici marcou-se por duas características fundamentais: o arbítrio e o "crescimento e-

conômico" que mascarava, encobria a violência do regime. Entretanto, no final do governo Médici já se vislumbrava uma crise econômica que iria alterar a visão das classes médias, ao que se refere ao regime militar e encaminhar o país para uma lenta e gradual abertura política.

1.2. Conjuntura política pós 64.

Quando a década de 70 começou, vivia-se no Brasil o período mais duro da ditadura militar implantada em 1964. Eram os anos de governo do General Emílio Garrastazu Médici (1969 - 74). A censura estava institucionalizada, a tortura aos presos políticos corria solta. A repressão e o clima de terror que o estado ditatorial impôs em nome da "segurança nacional" e do "combate à subversão comunista" haviam desagregado e reduzido ao silêncio os movimentos sociais.

A década de 70 esteve mergulhada numa ditadura militar que não começou nem terminou naqueles anos. O governo Médici foi a consolidação de uma trajetória cujas pontas mais próximas estavam no golpe civil e militar que depôs o presidente João Goulart, em março de 1964.

O golpe militar no Brasil foi seguido por outros semelhantes em vários países da América Latina nos anos 60 e 70. Para o grande capital internacional e nacional, impunha-se a derrubada das barreiras econômicas e políticas à sua expansão, o esmagamento dos movimentos sociais contestatórios e a implantação de ditaduras militares que garantissem as condições favoráveis à nova fase de acumulação capitalista.

Neste sentido, desde a sua implantação ao longo dos anos seguintes, o regime militar brasileiro tratou de montar e garantir estas bases em estreita associação com a burguesia nacional e internacional.

As primeiras medidas do governo do General Castelo Branco (1964 - 67) foram : intervenção nos sindicatos e nas entidades estudantis, proibição das greves, instauração da censura, criação do SNI (Serviço Nacional de Informação), cassação de mandatos e suspensão por dez anos dos direitos políticos de parlamentares oposicionistas. Paralelamente implantou o arrocho salarial, garantiu a livre entrada de capitais estrangeiros e a remessa de lucros, e criou instituições e mecanismos financeiros que favoreceram as grandes empresas nacionais e internacionais. *(fonte) imparcial*.

O regime centralizou todo o poder e todas as decisões no executivo, governando na base de Atos Institucionais, Decretos-leis e Constituição Outorgada. Foram suspensas as eleições diretas para governadores e presidente da República. Foram fechados os partidos políticos existentes e criado, por decreto, o Bipartidarismo - Arena (Aliança Renovadora Nacional) e MDB (Movimento Democrático Brasileiro).

Desde o início, todo esse processo foi garantido por um aparato de repressão política que se abateu sobre todas as manifestações de oposição ao regime, tendo como alvo principal os movimentos operários, camponês, estudantis e as organizações de esquerda.

Os anos de 1968 - ano de contestações sociais, políticas e culturais em várias partes do mundo - assistiu a

eclosão de um amplo movimento social de protesto e de oposição à ditadura, com destaque para o movimento estudantil e para a retomada do movimento operário com as greves metalúrgicas de Osasco e Contagem.

O governo do General Costa e Silva (1967 - 69) reagiu desfechando o AI-5 (Ato Institucional Nº 5) que, entre os poderes ilimitados que outorgou ao Executivo dali em diante, permitiu-lhe fechar o Congresso por tempo indeterminado, continuar a cassar mandatos, suspender por dez anos os direitos políticos de qualquer cidadão, demitir ou aposentar qualquer funcionário público civil ou militar, estender a censura prévia à imprensa e aos meios de comunicação.

Com o AI-5, seguido do Decreto nº 477 de repressão aos estudantes, a ditadura militar completava o fechamento político em meio a um rastro de violências e prisões, torturas e mortes. Meses depois, o governo da junta militar que substituiu o General Costa e Silva baixou, ainda, uma fileira de novos atos institucionais que decretaram a pena de morte, a prisão perpétua e o banimento político, alegando o recrudescimento das ações de luta armada das organizações de esquerda.

Quando o Congresso foi reaberto dez meses depois, desfalcado de 94 parlamentares cassados, foi com a incumbência de ratificar a escolha previamente feita pela cúpula militar de General da "linha dura" Garrastazu Médici para a presidência da República no período de outubro de 1973 a março de 1974.

farte (?)

O General Médici tomava posse herdando as condições econômicas e políticas que permitiram o período do chamado "milagre econômico".

Ao fim do governo Médici, a quase totalidade da organização de esquerda que, entre 1969 e 1974, empreenderam a luta armada contra o regime havia sido destruída e a ação repressiva deixava um saldo de vítimas cujo número não se conhece com precisão até hoje.

A arbitrariedade e a violência do Estado Ditatorial não se limitaram ao combate à esquerda organizada, operários, estudantes e intelectuais, projetando-se sobre outros setores da sociedade e espalhando um clima de medo, insegurança e intranquilidade.

*Esqueceu as normas de referências
do trabalho científico*

CAPÍTULO II

2. O movimento militar de 1964 no RN

Como estava acontecendo no resto do país, o golpe de 64 teve ação rápida e fulminante no Rio Grande do Norte, não dando tempo para que se pudesse organizar uma reação de resistência contra o movimento. Na época, Moacyr de Góes dizia : "No Brasil não há clima para golpes porque a história é irreversível"¹. No entanto, o golpe realmente aconteceu, e o sonho dos progressistas brasileiros acabou.

No dia 1º de abril, ao anoitecer, a prefeitura, da cidade do Natal, foi invadida pelo exército. O clima se encontrava pesado, tenso. As forças armadas ocupavam os pontos mais importantes da cidade, já circulando nos jornais, as notícias sobre o movimento. O prefeito da cidade, Djalma Maranhão, defendia a democracia, acusando os governos de Minas Gerais, Guanabara, São Paulo e Rio Grande do Sul que ficaram contra os reforços de base. Nesse mesmo dia, havia -o publicado um manifesto em defesa da legalidade do governo, de João Goulart e, oferecera as dependências da prefeitura, ao povo para a organização do que viera a chamar de "Quartel General da Legalidade e da Resistência"², dizendo que a prefeitura é a casa do povo.

As autoridades militares das forças armadas em Natal, com apoio do governador do Estado, o Senhor Aluísio Alves, adverte a população que se fizer necessário fará uso da violência para poder impedir a perturbação da ordem pública. Adverte ainda que "às forças operárias e os estudantes ficavam terminantemente proibidos as aglomerações em lu

gares públicos, os comícios, passeatas, etc"³. Essa nota entrava totalmente em contradição com a do prefeito.

O governador Aluísio Alves apoiava até então o presidente João Goulart; quando após falar ao telefone durante algum tempo com o governador de Minas Gerais, Magalhães Pinto, seu amigo, resolve mudar de lado e apoiar o movimento, justificando que o restabelecimento da tranquilidade e da paz só seria possível através das forças armadas.

Na realidade, não houve no Rio Grande do Norte nenhum tipo concreto de resistência ao movimento. No dia 1º de abril, as forças armadas ocuparam os principais pontos da cidade, cercaram sindicatos, dissolveram assembléias de estudantes. Sabe-se no entanto, que os sindicatos marítimos de Areia Branca e Macau, de onde saía a maior produção de sal do interior do Estado, protestaram contra o movimento, entrando em greve, apesar de não terem obtidos muitos resultados. No dia 2 de abril, os estudantes lançaram um manifesto denunciando as prisões das líderes sindicais, como também as ameaças feitas aos estudantes, que culminaram com a deposição do prefeito de Natal e a ocupação do Palácio Felipe Camarão pelas forças armadas.

Tanto as notas lançadas pela prefeitura, como a dos estudantes, defendiam a legalidade e a Democracia, e acima de tudo o cumprimento da constituição.

As notícias do levante armado que havia acontecido em Minas Gerais, chegavam a Natal confusas e desencontradas. A perplexidade da população estava estampada nos o-

lhares e rostos das pessoas. As ligações telefônicas interurbanas estavam impossíveis de se conseguir. As notícias referentes ao golpe não chegavam com muita facilidade ao Rio Grande do Norte, o único meio de se conseguir alguma informação era através do Palácio Campo das Princesas, no Recife, no Estado de Pernambuco, pelo rádio. Isso dificultava qualquer tipo de análise que se quisesse fazer acerca das forças em confronto. Os líderes populares iam a prefeitura em busca de informações, em vão, pois, o nível de informação, era quase zero. Nessa atual situação em que o país se encontrava, o número de indecisos, dos que ficavam em cima do muro era enorme, esperando os acontecimentos. No fundo, tinham esperanças de que esse golpe de estado, que não havia conseguido passar em 1954, 55, 56, 59 e 61, também não conseguiria passar em 1964.

Com a dissolução do Quartel General da Legalidade e da Resistência pelos militares, no dia 2 de abril, o prefeito Djalma Maranhão e o vice-prefeito Luís Gonzaga dos Santos foram presos e taxados de comunistas, estando eles impedidos de exercerem seus mandatos. O Coronel Mendonça Lima em seguida oficializa esse ato.⁴ Consta que as autoridades militares fizeram-lhe uma proposta, uma negociação: deixariam livre se ele resolvesse renunciar ao mandato de prefeito. Como não aceitou a proposta por defender seus princípios, foi deposto e preso, permaneceu preso em Natal, Ilha de Fernando de Noronha e Recife por quase todo o ano de 1964. Libertado por força de Habeas - Corpus exilou - se no Uruguai, sendo condenado posteriormente pelo exército.

A partir do dia 2 de abril de 1964, as prisões foram cada vez mais se enchendo de lideranças políticas, operários, camponeses, estudantes e intelectuais. As prisões eram tão intensas que se pensara na possibilidade de se utilizar como presídio o velho Forte dos Reis Magos.

A Câmara Municipal de Natal, localizada na Avenida Duque de Caxias, na Ribeira, resolve em sessão de caráter extraordinário "dar posse ao senhor vereador Raimundo Eládio da Silva como prefeito municipal da Natal",⁵ na mesma sessão decretam como impossibilitados de exercerem seus cargos o prefeito Djalma Maranhão e o vice-prefeito Luís Gonzaga. Os vereadores aceitaram todas as denúncias apresentadas pelo comandante de Polícia Militar de Natal.

Apesar de impedidos de exercerem seus cargos, como lhes tinha informado o comandante militar, no dia 3 de abril de 1964, a Casa Legislativa Municipal publicara a seguinte declaração: "Declaramos que votamos o Impeachment, do prefeito e vice-prefeito por defendermos a Democracia, que se define na liberdade de pensamento individual. Tomamos tal atitude por não estarmos coagidos por ninguém e reconhecemos a plena vigência da Democracia".⁶ Essa publicação entrava em contradição com a realidade, pois, o impedimento de Maranhão e Gonzaga de governarem é altamente anti-democrático, como também, esse ato prova que a Câmara tivera sido coagida. No mesmo dia, a Câmara Municipal torna público através da imprensa o Impeachment de Djalma Maranhão e Luís Gonzaga dos Santos.

Entendimentos entre o governo do Estado, autoridades militares e vereadores resultam em eleger o contra-almirante Tertius Cezar Pires de Lima Rebello para o cargo de prefeito e, o senhor Raimundo Elpídio para vice-prefeito. Os mesmos, foram empossados no dia 6 de abril de 1964.

A vitória do movimento foi comemorado através da "Marcha da família, com Deus pela liberdade" no dia 7 de abril de 1964, a que percorre as principais ruas da cidade. As Forças Armadas apareciam como "restauradores da ordem e da tranquilidade" para o "bem da Pátria", essa "paz" representava a repressão aos movimentos populares em Natal, começando aí as prisões. Em oito dias a situação política de Natal estava totalmente modificada. Instalaram-se várias comissões de inquérito, no Governo do Estado, na Prefeitura, no próprio Exército e em vários outros lugares. No entanto, de todos os inquéritos, o de maior importância foi o instaurado pelo Governo do Estado em obediência as determinações do Ato Institucional Nº 1, determinado pelo Comando Revolucionário, que levou a escolha indireta de um presidente para ocupar o lugar do legítimo presidente João Goulart, derubado pela combinação de reacionarismo militar com interesses de classes dominantes internas.

NOTAS BIBLIOGRÁFICAS

1. Moacyr de Góes. Entrevista citada.
2. Diário de Natal, Natal, 1º de abril, 1964, p.6.
3. Idem.
4. Diário de Natal, Natal, 3 de abril, 1964, p.8.
5. Natal, Ata de sessão Extraordinária da 2ª Reunião Legislativa. Conforme consta do acervo da Câmara Municipal de Natal.
6. Diário de Natal, Natal, 3 de abril de 1964, p.8.

CONCLUSÃO

O golpe militar de 64, como na maioria dos estados brasileiros, não teve quase nenhuma repercussão no Rio Grande do Norte. Quando digo quase, nos referimos ao caso de Areia Branca, que apesar de ter sido algo que procurasse reagir ao golpe não teve uma maior importância.

O que pudemos perceber foi que, o povo norriograndense pouco era informado do acontecido, não tendo assim chances para uma reação, e que este golpe foi algo, completamente imposto no nosso estado, pois, como vimos, o nosso prefeito Djalma Maranhão era uma pessoa que defendia a Democracia, enquanto que, os que estavam por trás do golpe eram altamente antidemocráticos, como o nosso governador Aluísio Alves que apoiou o movimento, levando assim a deposição do prefeito e do vice-prefeito da cidade do Natal.

Podia desenvolver mais !

BIBLIOGRAFIA

1. Livros

- ALÊNCAR, Francisco e Outros. História da sociedade brasileira. 3ed. Rio de Janeiro, Ed. ao Livro Técnico, 1979. 339p.
- ALVES, Aluísio. Sem ódio e sem medo. Rio de Janeiro, Nosso Tempo, 1979.
- ANDRADE, Manuel Correia de. 1964 e o Nordeste : golpe, revolução ou contra-revolução ? São Paulo, Contexto, 1989. 84p. (Repensando a História)
- BANDEIRA, Moniz. A renúncia de Jânio Quadros e a crise pré-64. São Paulo, Brasiliense, 1979. 183p.
- _____. O governo João Goulart - As lutas sociais no Brasil (1961 - 1964). 6ed. Rio de Janeiro, Civilização brasileira, 1983. 187p.
- BARROS, Edgard Luiz de. O Brasil de 1945 a 1964. São Paulo, Contexto, 1990. 78p. (Repensando a História)
- BASBAUM, Leôncio. História sincera da República (1930 - 1960). 4ed. São Paulo, Alfa-ômega, 1976. V.3.
- _____. História sincera da República (1961 - 1967). 3ed. São Paulo, Alfa-ômega, 1983. V.4.
- CARONE, Edgard. A quarta República (1945 - 1981). São Paulo. Difel, 1981.
- CASTELO BRANCO, Carlos. Introdução a revolução de 1964 . Rio de Janeiro, RJ. 1975.

- CASCUDO, Luís da Câmara. História do Rio Grande do Norte. Natal,: Fundação José Augusto. 1984.
- DEMO, Pedro. Política social nas décadas de 60 e 70. Fortaleza, Edições UFC, 1981. 237p.
- FERREIRA, Maria Nazareth. Imprensa operária no Brasil, 2 ed. São Paulo. Ed. Ática, 1993.
- GERMANO, José Willington. Lendo e aprendendo. 9ed. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- GÓES, Moacyr de. De pé no chão também se aprende a ler. Rio de Janeiro. Civilização brasileira. 1980.
- MACHADO, João Batista. De 35 ao AI-5. Mossoró, RN. Ed. As tecam. 1980.
- MENDONÇA, Sônia Regina de e FONTES, Virgínia Maria. História do Brasil recente. 2ed. São Paulo. Ed. Ática. 1993.
- MARIZ, Marlene da Silva. O processo político do Rio Grande do Norte (1945 - 1970). Natal, Funbec, 1985.
- MORAES, Dênis de. A esquerda e o golpe de 64. 2ed. Rio de Janeiro. Espaço e Tempo, 1989. 379p.
- SANTOS, Paulo de Tarso. 64 e outros anos. Ed. Cortez. São Paulo. 1984.
- SKIDMORE, Thomas. Brasil : de Getúlio a Castelo (1930 - 1964). 6ed. Rio de Janeiro. Paz e Terra. 1979, 512p.
- _____. Brasil : de Castelo a Tancredo (1964 - 1985). 3ed. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1985.
- SILVA, Carlos Eduardo Lins da. A comunicação populista de Aluísio Alves no Rio Grande do Norte.(1960 - 1980).

- SILVA, Hélio e CARNEIRO, Maria Cecília Ribas. 1964 - Golpe ou contra-golpe ? Rio de Janeiro, Civilização brasileira 1975.
- SILVA, Hélio. O golpe militar. 2ed. Porto Alegre, L & PM Editores, 1985, 565p.
- SIMÕES, Maria Helena Paes. A década de 60 - Rebeldia, contestação e repressão política. São Paulo. Ed. Ática, 1993.
- SODRÉ, Nelson Werneck. A história militar do Brasil. Rio de Janeiro. Civilização brasileira, 1979. 3ed. 439p. (Retratos do Brasil, 40).
- SYRKIS, Alfredo. Os carbonários. Memórias da guerrilha perdida. 6ed. São Paulo. Global Editora, 1980.
- TOLEDO, Caio. Navarro de. O governo Goulart e o golpe de 64. 11ed. São Paulo, Brasiliense, 1991. 123p. (Tudo é história, 48).
- VICTOR, Mário. Cinco anos que abalaram o Brasil : de Jânio Quadros ao Marechal Castelo Branco. Rio de Janeiro, Civilização brasileira, 1965.
- VIEIRA, Evaldo. A república brasileira : 1964 - 1984. 8ed. São Paulo, Moderna, 1990. (Polêmica).
- WEFFORT, Francisco Correia. O populismo na Política brasileira. 2ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980.
- BORIS, Fausto (Org.). História geral da civilização brasileira. Tomo III e IV, O Brasil republicano. Vs. 3e4. Rio de Janeiro : Bertrand, 1986.



